

Infraestrutura Ideia é estudar impacto de hidrelétricas em áreas protegidas

União quer avaliar construção de usinas em reservas da Amazônia

André Borges
De Brasília

O governo vai avançar nas florestas protegidas da Amazônia para fazer estudos detalhados de viabilidade técnica e ambiental de novas usinas hidrelétricas. Hoje, a entrada nessas unidades de conservação, mesmo que seja apenas para fazer estudos técnicos, é proibida por lei. Esse caminho, no entanto, está prestes a ser aberto, por meio de uma portaria publicada sem alarde pelo governo, em fevereiro.

“Estudar não significa construir, mas apenas analisar os benefícios, custos e impactos, para depois tomar uma decisão com base em informações mais profundas”, disse ao **Valor** o presidente da Empresa de Pesquisa Energética (EPE), Maurício Tolmasquim, ao ser questionado sobre o assunto. “Nosso pleito maior é poder estudar. Queremos ter elementos para tomar uma decisão final, que será dos

próprios órgãos ambientais. Se você nem pode estudar algo, não pode saber os seus impactos.”

O atalho encontrado pelo governo para acessar as florestas protegidas passa pela portaria 55 (2014) do Ministério do Meio Ambiente, que estabeleceu procedimentos de atuação entre o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) e o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), responsável pelas florestas demarcadas. A portaria, segundo Tolmasquim, não diz taxativamente que o governo pode entrar nas áreas reservadas e fazer seus estudos de viabilidade técnica, econômica e ambiental (Evtea) ou relatórios de impacto ambiental (Rima), mas abre espaço para essa interpretação. “Ela pode ajudar a agilizar a realização dos estudos. Vamos discutir isso nos próximos dias com o Ibama. O objetivo é fazer os estudos sem ter que desfazer (diminuir) as áreas. Para con-

cluír se uma usina é viável ou não, temos que estudar”, disse.

A ambição do governo em acelerar a construção de novas hidrelétricas na região Norte do país não se explica apenas pela importância dos rios amazônicos — que ainda são donos de 60% do potencial energético do país —, mas também pela complexidade que envolve esses projetos.

A partir do inventário hidrelétrico disponibilizado pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), o **Valor** fez um ranking dos 20 maiores projetos de hidrelétricas previstas para o país. Ao confrontar esses 20 megaprojetos com a lista de empreendimentos que fazem parte do plano decenal da EPE — relatório do governo que relaciona os projetos que deverão entrar em operação até 2022 — concluiu-se que 12 deles sequer fazem parte do planejamento, ou seja, não têm data para sair do papel. Trata-se de uma geração de 10.305 megawatts (MW) que, hoje, está

absolutamente fora de cogitação.

Os demais oito projetos, que totalizam 15.631 MW, estão no rol de prioridades da EPE, mas o próprio governo admite que alguns desses empreendimentos podem sair do próximo plano decenal de energia — que é atualizado anualmente —, por conta da complexidade socioambiental em que estão envolvidos. É o caso, por exemplo, da hidrelétrica de São Simão Alto, usina prevista para o rio Juruena, na divisa do Amazonas com o Mato Grosso, com potência de 3.509 MW, mesmo porte de hidrelétricas como Jirau e Santo Antônio, que estão em construção no rio Madeira.

Da mesma forma, a EPE já não demonstra muito entusiasmo com a usina Salto Augusto Baixo, de 1.461 MW, também prevista para o Juruena. “São projetos de grande complexidade ambiental, por isso devem sair do plano no ano que vem”, disse Tolmasquim.

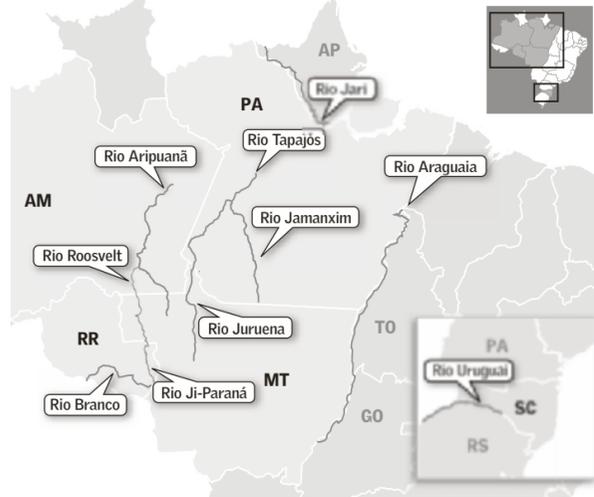
As 12 barragens que hoje estão fora da planilha de EPE possuem uma característica em comum: todas afetam unidades de conservação ou terras indígenas. Em alguns casos — como acontece no projeto de Chacorão, de 3.336 MW, e Inferninho, com 361 MW de potência —, há impacto tanto em florestas protegidas quanto em aldeias.

Apesar de o governo argumentar que pretende ter acesso às florestas apenas para realizar estudos técnicos, o fato é que, caso um empreendimento venha a passar pelo crivo do Ibama, não resta outra alternativa, senão recortar a unidade de conservação impactada para que seja construída a usina. Esse expediente foi usado em 2012, quando o governo diminuiu milhares de hectares do Parque Nacional da Amazônia e demais unidades de conservação na região do Pará para abrir espaço para elaboração de estudos das usinas de São Luiz do Tapajós e Jatobá, ambas previstas para serem erguidas no rio Tapajós, no Pará.

A redução das unidades de conservação, à época criticada pelos próprios técnicos do ICMBio que atuavam no Pará, foi o que permitiu à EPE contratar empresas para realizar os estudos de viabilidade técnica e ambiental (Evtea e Eia-Ri-

Fronteira hidrelétrica

Inventário dos 20 maiores projetos soma 25.937 megawatts de energia



■ Projetos de hidrelétricas sem previsão de entrada em operação

Usina	Potência	Rio	Estado
Chacorão	3.336	Tapajós	AM/PA
Araguanã	960	Araguaia	MA/PA/TO
Jamanxim	881	Jamanxim	PA
Açaipé B	831,1	Jari	AP/PA
Cachoeira do Caí	802	Jamanxim	PA
Praíha	796,4	Aripuanã	AM
Cachoeira dos Patos	528	Jamanxim	PA
JRN-466 (Tucumã)	510	Juruena	MT
Sumatima	485,2	Aripuanã	AM
JRN-530 (Erikpatsa)	415	Juruena	AM/MT
Cachoeira Galinha	399,8	Roosevelt	AM/MT
Inferninho	361,1	Roosevelt	AM/MT
Total	10.305,60		

■ Projetos de hidrelétricas previstos para entrar em operação até 2022

Usina	Potência	Rio	Estado
São Luiz do Tapajós	6.133	Tapajós	PA
JRN-117a (São Simão Alto)	3.509	Juruena	AM/MT
Jatobá	2.338	Tapajós	PA
JRN-234b (Salto Augusto Baixo)	1.461	Juruena	MT
Itapiranga	724,6	Uruguai	SC
Bem Querer JIA	708,4	Branco	RR
Torixoréu	408	Araguaia	GO/MT
Tabajara	350	Ji-Paraná	RO
Total	15.631,90		

Fonte: Aneel/EPE

ma) das hidrelétricas. Esses relatórios serão entregues nos próximos dias ao Ibama, que decidirá por conceder ou não a licença prévia ambiental dos empreendimentos.

Pelas regras do setor elétrico, hidrelétricas só podem ser leiloadas pelo governo se possuírem essa licença prévia. Apesar do prazo apertado, Tolmasquim disse que o governo ainda trabalha com a possibilidade de ver São Luiz e Jatobá em um leilão de energia até o fim deste ano (*ver reportagem nesta página*).

“É preciso esclarecer que não temos a pretensão de aproveitar todo o potencial do inventário hidrelétrico da Aneel. Sabemos que parte dele não poderá ser apro-

veitada, mas para isso é necessário que possamos fazer os estudos”, disse o presidente da EPE.

A entrada em unidades de conservação não resolve todos os problemas do governo. Pelas regras atuais, o governo também não pode estudar empreendimentos que tenham impacto direto em terras indígenas, ou seja, em casos onde haja supressão de território indígena. Projetos de lei no Congresso prometem driblar essa etapa, mas enfrentam dificuldades para avançar. Os dados da EPE apontam que o Brasil é dono do terceiro maior potencial hidrelétrico do planeta. O país detém 10% de todo o recurso hídrico mundial, só atrás da China (13%) e da Rússia (12%).



Maurício Tolmasquim: “Queremos ter elementos para tomar uma decisão final, que será dos órgãos ambientais”

São Luiz do Tapajós pode ir a leilão este ano

Rodrigo Polito
Do Rio

O grupo de estudos responsável pela elaboração do projeto da hidrelétrica de São Luiz do Tapajós, no Pará, entregará em maio o estudo e o relatório de impacto ambiental (EIA-Rima) do empreendimento ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama). Com potência instalada estimada em 8 mil megawatts (MW) e investimento de R\$ 18 bilhões, a usina é a principal aposta do governo para o setor elétrico.

Segundo a ministra do Meio Ambiente, Izabella Teixeira, até o momento não existe nenhum grande empecilho para a construção da usina. “Ele [o empreendimento] está em processo de licenciamento. Quando o EIA-Rima for entregue, o Ibama vai analisar se há viabilidade. A hidrelétrica de Tapajós será avaliada do ponto de vista do empreendimento”, afirmou a ministra.

Se tudo ocorrer conforme o esperado, é possível que o governo consiga licitar a hidrelétrica ainda em 2014, o que seria considerada uma vitória da ala energética do governo Dilma Rousseff. Isso porque o governo já cogitava a possibilidade de colocar a usina em leilão somente em 2015.

“Nossa meta é leiloar a usina este ano. É claro que é um cronograma apertado, porque ainda existem essas etapas todas das análises, por diferentes órgãos. É apertado mas é possível”, afirmou o presidente da Empresa de Pesquisa Energética (EPE), Maurício Tolmasquim, ao **Valor**.

Segundo ele, a estatal de estudos energéticos vai analisar todo o projeto, incluindo questões técnicas e ambientais, para propor o preço-teto da energia da usina para o leilão e apresentá-lo ao Tribunal de Contas da União (TCU).

O objetivo do governo é realizar um leilão específico para a hidrelétrica de São Luiz do Tapajós, devido ao porte da usina. A licitação será do tipo “A-5”, que negociará o início do fornecimento de energia dentro de cinco anos.

Na próxima semana, o grupo de estudos vai realizar uma reunião em Itaituba (PA), com políticos locais, pesquisadores e estudantes, para apresentar a Avaliação Ambiental Integrada

(AAI) da usina, documento voltado para a análise socioambiental dos efeitos da implantação do empreendimento.

Na semana passada, o grupo entregou à Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) o Estudo de Viabilidade Técnica e Econômica (EVTE) da hidrelétrica, dentro do prazo previsto no Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) 2. A agência fará agora a análise do estudo. Depois, ele será divulgado e fará parte da documentação que subsidiará o edital do leilão da hidrelétrica.

Composto por nove empresas, o Grupo de Estudos Tapajós é liderado pela Eletrobras. Os demais integrantes são Eletronorte,

subsidiária da estatal federal; as estatais estaduais Cemig (MG) e Copel (PR); as multinacionais elétricas GDF-Suez, EDF e Endesa; o grupo Neoenergia e a construtora Camargo Corrêa.

Além da hidrelétrica de São Luiz do Tapajós, o grupo realiza também os estudos da usina de Jatobá, localizada na mesma bacia. Jatobá tem potência instalada estimada em 2.338 MW. Ambos os projetos fazem parte do estudo de inventário hidrelétrico dos rios Tapajós e Jamanxim.

A ideia do governo é fazer as duas hidrelétricas a partir do conceito de “usina-plataforma”, que prevê um menor impacto no ambiente no entorno dos projetos.



Izabella Teixeira, ministra do Meio Ambiente: não existe nenhum grande empecilho para a construção da hidrelétrica